

todas as ambulâncias empenhadas. A ambulância mais próxima vai demorar 40 minutos para chegar”.

O procedimento operacional na polícia é o seguinte: se não tiver com o prestar um socorro através de uma ambulância, através de uma UTI, tem que socorrer o indivíduo. Não vai deixar o indivíduo morrer no chão. Esse é um procedimento operacional. A partir daí, meu filho pega o indivíduo, coloca na viatura e socorre ao PS mais próximo, um PS em Osasco, onde o indivíduo faleceu. Ok?

Primeira coisa desse cidadão, esse tal de Luís Adorno, ele fala que meu filho alterou o local com a intenção de prejudicar as investigações. Primeira sacanagem dele. Segunda, que o fuzil do meu filho não foi apreendido. O que ele não sabe. Eu falei, deve ser mal informado. O que ele não sabe é que todas as pistolas da ocorrência foram apreendidas. O fuzil que o meu filho portava foi apreendido e devolvido a ele, como fiel depositário. Por quê? Porque os distritos policiais não têm onde guardar fuzil, não têm uma reserva de armas.

Eu quero lembrar que, há poucos meses atrás, um DP lá em São Bernardo do Campo foi invadido por criminosos do PCC, que levaram o armamento que estava lá apreendido. Então, os delegados não estão apreendendo fuzil por causa disso. Eles não têm local seguro para colocar o armamento, e muito menos homens suficientes no DP para fazer a guarda daquele armamento.

O delegado está dentro de sua razão. O delegado, em momento algum, agiu errado. Normalmente, em distrito, para quem não sabe, quando está aberto, é um delegado, um escrivão e um ou dois investigadores, e olha lá.

Então, o delegado faz o quê? Devolveu o fuzil ao meu filho, e meu filho, na data de ontem ou de hoje, já apresentou o fuzil para se fazer a perícia técnica, quando eles vão dar um tiro no fuzil, vão sentir o armamento, ver se aquele condiz com tudo o que foi dito.

Então, não é que não houve apreensão do fuzil, Sr. Luís Adorno, o senhor precisa aprender a pesquisar as coisas. O fuzil foi apreendido e devolvido, como fiel depositário, o que é perfeitamente legal.

Só para concluir, no final aqui, na mesma reportagem, eu vi uma fala do famigerado Sr. Ariel de Castro. O Sr. Ariel de Castro, quando ele encontra comigo, parece um anjo, parece que me ama de paixão, mas, quando vai falar na imprensa, só fala asneira, e, como sempre, falou mais uma vez asneira.

Ele falou, inclusive, no Condep. Eu quero lembrar aqui, o Condep foi aquele órgão que foi investigado por nós aqui, onde nós abrimos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e eu era o presidente dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, porque o vice-presidente do Condep era do PCC, era do crime organizado. Quero lembrar isso ao Sr. Ariel de Castro, que gosta tanto de defender bandido.

Está aqui, mais uma vez. Ele falou o seguinte, além das muitas asneiras que ele falou, ele falou que meu filho tirou a roupa do cidadão baleado para levar para o distrito. Eu não sei se é imbecilidade ou má informação. Eu vou falar má informação. Quem tira a roupa do cidadão - tenho aqui dois médicos -, quando o indivíduo chega baleado no Pronto Socorro, é o próprio médico, porque ele tem que ser medicado onde ele tomou o tiro.

Enfim, quem tirou a roupa, Sr. Ariel de Castro - o senhor preste mais atenção nas coisas -, foi o médico do plantão do hospital, e meu filho apreendeu aquela roupa e levou para o delegado de serviço - meu amigo, não vou falar outro nome, o que é perfeitamente cabível e perfeitamente legal.

Outra mentira. Esse Luís Adorno é mentiroso, além de tudo. Sai na reportagem aqui – até estava falando com a Leci há pouco - que o indivíduo morto era negro. Onde ele viu isso? Onde ele viu isso, se nem no local ele esteve? O indivíduo não era negro, o indivíduo era branco. Meu filho falou, meu filho estava lá, meu filho trocou tiro com ele. Aliás, eu vi a foto. Há uma foto do cara baleado. Não vou mostrar para vocês porque não é muito bonita. Ele não é negro. A não ser que seja como o filme do Wagner Moura, onde ele retrata o Marighela como negro. Pode ser isso, acho que é a mesma cabeça. Não sei de onde ele tirou, da cabeça, que o Marighela era negro. Mas, enfim, é outro assunto.

Você mente onde você fala que mais um negro foi morto pela Polícia Militar. Saiba o senhor que na maioria dos entrevistos da Polícia Militar, com criminosos, eles não são negros. E nem são pobres. São brancos de classe média para cima. Porque o negro pobre trabalha, o negro pobre tem que defender a sua família. Não existe esse negócio de classe social, de religião, de time de futebol. A Polícia Militar não esta preocupada com isso. Muito menos o meu filho, que é um excelente oficial.

No final, a doutora Ivana, que é uma procuradora de Justiça amiga nossa, é induzida a erro quando ela diz que houve alteração do local do crime. Como ela não esteve no local e não teve acesso aos documentos, ela foi induzida a erro. E, infelizmente, cometeu uma falha ao dizer que se cometeu um crime na ocorrência.

Estou aqui, não para defender o meu filho. Porque tudo o que falei está no papel, está escrito. Estou aqui para esclarecer aos Srs. Deputados, que viram essa ocorrência. E até vieram se solidarizar a mim. Muito obrigado pelo apoio. Mas a ocorrência está tranquila.

A ocorrência está sendo apresentada porque, infelizmente, esse tipo de entrevisto acontece diariamente na Polícia Militar. O crime está nas ruas, e muitos dos senhores já foram até vítimas disso. O meu filho, a tropa dele, a Polícia Militar, estão à disposição de toda a população, para lutar contra o crime e, se for necessário, trocar tiro. Como ele falou: “A caveira sorriu novamente.” Porque é melhor a caveira sorrir com bandido morto, que uma família chorar com um pai de família morto ou um policial morto. Se tiver que morrer alguém, que morra o bandido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Julio Cesar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, boa tarde.

Primeiro eu gostaria de parabenizar a deputada Leci Brandão, que foi homenageada pela escola de samba da Mangueira, que foi campeã. Vossa Excelência desfilou. E foi citada, juntamente com o grande compositor e cantor da música brasileira, o Jamelão. Parabéns, deputada Leci Brandão. Vossa Excelência é uma grande deputada. É uma das deputadas mais combativas do estado de São Paulo e do Brasil. Mas, sobretudo, faz parte da Música Popular Brasileira.

É uma diva. É uma pessoa consagrada na cultura brasileira e no mundo do samba. E, sobretudo, na música popular brasileira. Para nós é uma honra vê-la homenageada. É uma justa homenagem que V. Exa. recebeu da escola Mangueira. Da qual V. Exa. faz parte, junto com Cartola, Carlos Cachça, Nelson do Cavaquinho.

Também quero parabenizar o hino. Porque o hino, na verdade, o samba-enredo da Mangueira, foi uma verdadeira aula de História do Brasil. Falou da luta dos índios, dos negros, dos pobres, da resistência que sempre houve no Brasil, dos verdadeiros heróis do Brasil, que não são esses que aprendemos na escola, na História oficial. Duque de Caxias, Dom Pedro, nada disso. Coloca Dandara, Zumbi dos Palmares, as grandes manifestações populares, a Balaia-da, a Sabinada, e tantas outras, os quilombos que se organizaram para resistir à escravidão.

O hino é perfeito. O samba-enredo resgata a verdadeira História do Brasil. Parabéns, deputada Leci Brandão.

Eu gostaria de aproveitar a minha participação no Pequeno Expediente para falar de dois casos. São duas escolas estaduais.

A primeira delas é a escola estadual João Kopke, que fica na região da Cracolândia. É uma escola que pertence à Diretoria de Ensino Centro. Essa escola está sem luz há uma semana. Há uma semana, essa escola está sem luz.

As aulas não começaram porque os alunos não têm como estudar. Isso já aconteceu uma vez. No ano passado, eu fui a essa escola. Tenho fotos mostrando a situação ano passado. Eu gostaria de colocar algumas fotos.

\*\*\*

- É feita a exibição de fotos.

\*\*\*

As fotos estão mostrando a situação da Escola Estadual João Kopke. A escola estava na escuridão, isso no ano passado. Foi recente. No segundo semestre do ano passado eu fui à escola, denunciei. E, agora de novo, a escola está há uma semana sem aula porque não tem energia elétrica. É uma escola no centro de São Paulo.

Isso é uma vergonha absoluta. Onde está a Secretaria de Educação, a FDE, para fazer a intervenção, para fazer a reforma? Eu tinha pedido, na época, eu denunciei aqui, denunciei no Ministério Público, levei o caso para FDE e para Secretaria da Educação exigindo uma reforma geral da escola, sobretudo da parte elétrica, para que isso não ocorresse.

No entanto, a escola está sem luz, as aulas estão prejudicadas; é uma irresponsabilidade. Então, Sr. Presidente, nós exigimos que a FDE faça uma intervenção na escola, uma reforma geral da escola inteira, mas, sobretudo, da parte elétrica.

E, também, gostaria ainda de citar o caso que está acontecendo na Escola Estadual Ministro Jose de Moura Rezende. Essa escola fica em Caçapava, é uma escola estadual. E os professores estão em pânico, porque eles receberam o salário, ou seja, não receberam: muitos deles receberam o holerite zerado, e outros receberam pela metade, ou um terço, ou um quarto do salário.

E os professores não têm informação. Disseram que foi o sistema. Eu liguei na Diretoria de Ensino para falar com o dirigente, ele não estava, deixei recado. Eu quero uma resposta ainda hoje, Sr. Presidente, porque isso é muito sério. A escola inteira ou está sem pagamento, com o pagamento zerado, ou tiveram um desconto muito profundo no pagamento, no holerite.

Isso deixa os professores e as professoras numa situação muito difícil, porque todo mundo tem contas para pagar. Um absurdo. Os professores estão em pânico, e com razão.

Então, nós queremos providências imediatas para que a situação seja regularizada, o pagamento - digo aqui -, o pagamento dos professores e das professoras da Escola Estadual Ministro Jose de Moura Rezende.

Essa escola é de Caçapava e pertence à Diretoria de Ensino de Taubaté. Então, exigimos providências imediatas para que o pagamento seja regularizado ainda nesta semana; que seja feita uma folha suplementar, e que os professores sejam ressarcidos e que tenham o pagamento regularizado.

Então, faço essa denúncia e essa exigência, Sr. Presidente. Solicito que cópias do meu pronunciamento em relação às duas escolas sejam encaminhadas à Secretaria Estadual de Educação, à FDE e ao gabinete do governador Doria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÉ MACRIS - PSDB - Próximo inscrito, deputado Bruno Caetano.

O SR. BRUNO CAETANO - PSDB - Boa tarde a todos, boa tarde ao presidente Cauê Macris, nossos colegas aqui presentes; cumprimentar os funcionários aqui da Assembleia Legislativa, cumprimentar você, que nos assiste pela TV Alesp.

Quero hoje comentar uma notícia que foi publicada no jornal “O Estado de S. Paulo” no domingo de Carnaval que muitos podem não ter tido a oportunidade de acompanhá-la.

Mas, eu julgo ser da mais alta importância. Essa notícia dá conta de que as cinco maiores empresas brasileiras que iniciadas como startups hoje valem, juntas, 89 bilhões de reais, deputado Gondim. Oitenta e nove bilhões de reais é o valor de mercado dessas cinco empresas brasileiras, que nasceram como startups, empresas inovadoras, com alto potencial de crescimento, e que hoje, evidentemente, não são mais startups, já são empresas consolidadas no mercado - sobretudo no mercado de tecnologia e inovação -, mas que valem muito.

Para mostrar que o Brasil, especialmente o estado de São Paulo, todas elas estão instaladas no nosso estado -, são um verdadeiro celeiro, o Brasil e o estado de São Paulo são um verdadeiro celeiro dessas empresas nova economia.

E essas empresas nascem, exatamente, para suprir as lacunas da chamada velha economia. Então, se você tem, nessas cinco empresas, as empresas que lidam, por exemplo, com oferta de crédito. Todos sabem, que hoje, banco tem muita dificuldade em emprestar dinheiro. Ele só empresta para aqueles empreendedores, ou pessoa física, que têm garantia, que passam pelo crivo do sistema financeiro, aliás, sistema financeiro esse que é muito caro. E não é por acaso que uma parte dessas empresas também trabalha justamente para diminuir o custo do sistema financeiro nacional.

Outra parte dessas empresas trabalha para facilitar a mobilidade urbana. Percebam, grandes desafios que a velha economia não conseguiu resolver. A gente fica muito contente em saber que o Brasil e o estado de São Paulo, conseguem desenvolver e fomentar empresas desse tipo. Há uma estimativa, feita pela Associação Brasileira de Startups, de que nos próximos dois anos 20 novas empresas vão romper a casa de um bilhão de dólares no seu valor. São as chamadas empresas unicórnio, que vão nascer no estado de São Paulo, muitas delas, e que vão alcançar valor de mercado superior a um bilhão de dólares.

Falando assim, em cifras muito altas, pode parecer que se trata de uma economia inacessível ao cidadão comum. Isso é falso, nada mais falso do que isso. Essas empresas hoje são grandes empregadoras. Vejam só: uma delas emprega hoje 3.500 pessoas dentro das suas instalações. São 3.500 empregos.

Vejam só. A gente está falando hoje, e lamentamos o fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo, mas naquela fábrica, deputado Gondim, trabalham 2.800 empregados. Nessa startup que citei aqui, trabalham 3.500 empreendedores, trabalhadores, empreendedores. Vejam o potencial de crescimento desse novo segmento da economia, sobretudo na oferta de novos empregos e postos de trabalho, que são tão importantes para o nosso Estado e para o nosso País.

O que a gente precisa fazer, deputado Evandro Losacco Acho que algumas questões nós podemos colaborar, no estado de São Paulo, e também no Brasil. A primeira delas é na área da Educação. A gente precisa preparar melhor esses jovens, para essa nova economia. Essas empresas de base tecnológica demandam muita mão de obra, mas muita mão de obra especializada. É preciso que os currículos escolares, sobretudo os currículos do Ensino Médio, estejam atentos para essa mudança de perfil de paradigma da nossa sociedade, para que esses jovens, ao sair do ensino, eventualmente até do próprio Ensino Médio, ou até da faculdade, possam rapidamente ser absorvidos por essas empresas.

É também nossa tarefa, sobretudo aquele que parlamentares, facilitar a vida desse empreendedor. Não por acaso, eu apresentei nessa legislação, dois projetos. Um deles já se tornou projeto aprovado e aguarda a deliberação do governador do Estado. São dois projetos, um deles, esse que já foi aprovado, que institui a política estadual de mobilidade urbana, dando foco exatamente aos novos modais, modais esses que são muitas vezes desenvolvidos por essas startups, essas empresas nascentes, com grande potencial de expansão.

A gente vê aí, na paisagem urbana, basta andar pelas ruas de São Paulo, patinetes, bicicletas, motonetas, mudando a paisagem urbana e mudando a forma de o paulistano e o paulista se locomoverem nas grandes cidades.

Temos um projeto aqui aprovado, que fomenta esse tipo de iniciativa, assim como tenho um projeto apresentado, que oferece ao aluno do ensino universitário, seja de faculdade pública ou privada, a oportunidade, já na faculdade, de receber uma bolsa para empreender, para que possa, ainda estudante, ter a sua primeira experiência no mundo empreendedor.

E, para finalizar, quero dizer que nos próximos dias, nessa última semana que nos resta de mandato, vou apresentar o projeto que objetiva ser o início de um novo marco legal para as empresas de pequeno porte, sobretudo para as startups do estado de São Paulo. O que a gente objetiva, com esse projeto, é facilitar a vida dessas empresas que aqui se instalam, e quero convidar os deputados que vão permanecer na próxima

legislatura, que tenham interesse no tema, que possam assinar conjuntamente comigo esse projeto, para que esse projeto seja uma semente, quem sabe com bons frutos para a próxima legislatura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANTONIO CARLOS JUNIOR - PSDB - Com a palavra o deputado Evandro Losacco.

O SR. EVANDRO LOSACCO - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários aqui desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, eu venho aqui hoje comentar, falar um pouco sobre uma medida recentemente tomada pelo prefeito Bruno Covas, aqui na capital, que foi a alteração do vale-transporte.

Eu percebi que a medida tomada teve uma repercussão, em alguns setores, negativa, por pura desinformação. Não entenderam, ou não quiseram entender o que foi feito pela Prefeitura de São Paulo. O vale-transporte, para explicar, é o vale que o empresário, as empresas dão aos funcionários por lei. Então, é uma obrigação das empresas darem por lei esse vale-transporte aos funcionários.

O prefeito Bruno Covas reduziu o número de viagens, que antes o vale-transporte podia, em duas horas, usar quatro modais de transporte. Agora foi reduzido para dois, mas aumentou o número de horas para três horas. Ora, por que ele fez isso? Para maltratar o trabalhador? Não, claro que não. Isso foi feito porque a Prefeitura subsidiava essas duas viagens a mais que faziam, em torno de 419 milhões de reais. Não é um serviço que seja necessário para ser subsidiado. Você está subsidiando o empresário, você não está subsidiando o trabalhador. Está subsidiando o empresário. Subsídio, para transporte, tem que ser para estudante, deficiente físico e idoso. A Prefeitura tem que se concentrar nisso. Então, o vale-transporte, tem gente que vem aqui defender, que houve uma medida errada. Ora, está defendendo o quê? Os empresários? Ou seja, dinheiro público não nasce em árvore. Dinheiro público tem que ser empregado com prioridade. E a prioridade, é lógico, no transporte público são aquelas pessoas que, por lei, merecem o subsídio, como, repito, os estudantes, deficientes físicos e idosos.

Agora, tem mais. Além do vale-transporte, o prefeito Bruno Covas fez uma alteração muito interessante no Bilhete Único Comunm. Esse não mudou nada em número de viagens. Tem gente aí que já misturou Bilhete Único com vale-transporte. O Bilhete Único continua do mesmo jeito, mas foi melhorado. O que o prefeito fez? Quem tiver o Bilhete Único Comun vai poder usar para alugar bicicletas e patinetes via aplicativo. E mais: vai poder usar o Bilhete Único Comun também para pagar Uber e táxi, ou seja, deu uma ampliada no poder de uso do Bilhete Único, ou seja, melhorando as condições de transporte para o trabalhador.

Então, gente, eu quero aqui só deixar registrado isso. No nosso País nós temos que começar a separar um pouco a disputa ideológica partidária das medidas tomadas no governo em prol da população. Acho que tudo merece crítica, aperfeiçoamento, mas não dá para simplesmente jogar num canto e qual-quer medida que o governo faça, vem alguém aqui e dizer, sem se aprofundar no motivo que gerou aquela medida. Eu acho que nós temos que ter mais união para o bem de São Paulo, bem do Brasil porque dessa maneira a gente não vai conseguir resolver os principais problemas da nossa população.

Então, queria deixar registrado isso e parabenizar o prefeito Bruno Covas por essa medida, que realmente poupa o dinheiro público e faz com que esse dinheiro público seja aplicado em coisas mais importantes para a população.

Obrigado.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Bruno Caetano.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Agradeço as palavras do deputado Evandro Losacco. Chamo à tribuna para fazer uso da palavra Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu participei, ontem, de uma missa com Dom Pedro Luiz Stringhini sobre fraternidade e políticas públicas.

Ontem, quarta-feira de cinzas, nessa missa, o Dom Pedro enfatizou muito bem com o que a Conferência Nacional dos Bispos está preocupada. Qual é a razão de a Igreja Católica estar trabalhando e pedindo para que se façam políticas públicas? A Igreja tem que fazer política? Número 1 que todos têm que fazer política, mas é a falta das políticas públicas que faz com que a Igreja entre e tenha esse tema como Campanha da Fraternidade.

Eu vou dar um exemplo do que significa essa política pública. Quem tem que fazer política pública são leis - as municipais, estaduais e federais. Então, eu vou dar um exemplo relacionado com as drogas: por que não se fez, desde o começo - nós estamos aqui há 20 anos, vamos completar no dia 15 -, uma política realmente séria de prevenção às drogas?

O que se tem que fazer? Número 1, fazer a prevenção primária, que é o que o Proerd faz. Continuar a fazer uma prevenção secundária, que seria um Proerd adolescente, e posteriormente a prevenção terciária, que seria a internação. Ou seja, você faz uma política pública de prevenção para que a criança, o adolescente, as pessoas não iniciem no mundo da droga.

A mesma coisa acontece na Saúde, Doutor Ulysses, e é muito importante política pública de Saúde. Você tem que ter hoje o PSF - Programa de Saúde da Família -, em que o médico vai pelo menos a algumas casas com pacientes hipertensos, diabéticos, evitando que esses pacientes tenham problemas sérios e vendo se os medicamentos estão corretos.

Você tem a Unidade Básica de Saúde, ou deveria ter, pelo menos com pediatra, ginecologista e clínico geral, pelo menos com isso. A partir daí, você deveria ter o que chamamos hoje de apoio. Nós fizemos isso com as Santas Casas, junto com o governador Serra e o governador Geraldo Alckmin: as Santas Casas de apoio, as Santas Casas estruturantes e as estratégicas.

O que acontece é que o paciente da Unidade Básica de Saúde tem solicitada uma tomografia, para que seja examinado por um cirurgião-geral para fazer uma cirurgia de hérnia ou de varizes, e ele tem o local certo para ser encaminhado. O CROSS não funciona, tem uma dificuldade intensa de funcionamento, então a central de regulação não funciona. Há demora nos exames, e quando o paciente chega, o caso está mais grave e pode ir a óbito.

Então o que está acontecendo? Foi feita uma política pública, e não é executada. “Ah, mas é pelo excesso de paciente”, “é porque Saúde é caro”, “precisava de uma ressonância magnética, mas não foi feita”, e o jogo de empurra. A situação do médico que encaminha e o outro não atende porque não chega o pedido ou não é enviado.

Na realidade, o que está acontecendo com a CNBB é que eles estão querendo que as políticas públicas, pelo menos as que já estão implantadas, funcionem, e funcione também a política pública até para a área de Segurança. Tem o caso do Telhada falando do seu filho aqui. Se tem uma política pública séria, o que acontece? A conduta é aquela mesma, em primeiro lugar chamar o Samu. O Samu não veio, você vai dar um atendimento. Ai depois vem dizer que deu atendimento porque queria levar para outro hospital e não para aquele, para um e não para outro. Falta o quê? Política pública, coisa escrita, condutas.

Então, eu queria parabenizar aqui a CNBB, parabenizar todos os bispos que participaram para escolher esse tema sobre política pública, porque nós estamos debatendo, aqui, sobre política pública. Colocar 44 ou 50 alunos numa sala de aula é errado. Tem que ter uma política pública séria. Política pública, ensino integral - está faltando. Então, a CNBB está de parabéns. Falta política pública séria no estado de São Paulo e no Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de volta a esta tribuna no dia de hoje, eu gostaria de fazer um apelo ao prefeito Bruno Covas, aqui da capital, para que ele atenda as reivindicações dos servidores municipais. Eles já estão em

greve há 33 dias, e nenhuma reivindicação foi atendida. Aliás, só recentemente, depois de muitos apelos e manifestações, o prefeito abriu o processo de negociação. Só recentemente isso aconteceu. Um absurdo total.

O prefeito tem que negociar, tem que atender as entidades representativas dos servidores, que, como eu disse, estão em greve há 33 dias por conta de um verdadeiro confisco salarial que o prefeito fez quando aprovou, na calada da noite, um projeto que se chama Sampaprev. Um projeto que, na prática, confisca 3% dos salários de todos os servidores municipais. Existe uma pauta, e o governo não atende um único item dessa pauta. Um verdadeiro absurdo.

Só que além desse comportamento - que eu diria que é autoritário - de não receber as entidades, só agora está recebendo; há esse comportamento de não atender nenhum item, não negociar com os nossos servidores, que são os responsáveis pela execução das políticas públicas que o deputado Gondim acabou de citar aqui. Políticas públicas sociais, que são importantes, que são o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, deputado Gondim. Só que o Bruno Covas, prefeito da capital, não respeita os servidores que executam as políticas públicas. Sem professor, sem médico, sem profissionais da Saúde, da Habitação, da Assistência, não tem execução das políticas públicas que deveriam ser oferecidas para a nossa população.

Então, o prefeito Bruno Covas ataca não só os servidores, mas toda a população do estado de São Paulo, porque nós temos uma greve consolidada, escolas paralisadas, hospitais paralisados, postos de saúde paralisados, 33 dias de greve, e não há negociação. O governo não cede nada, não atende as reivindicações, Sr. Presidente. É um absurdo total. Amanhã, haverá mais uma manifestação. Amanhã é dia oito, dia de luta das mulheres, no mundo inteiro, sobretudo aqui no Brasil, um país machista, que agride as mulheres em todos os níveis. Haverá uma grande manifestação dos servidores contra o Sampaprev, pela sua revogação imediata.

Mas quero ainda, Sr. Presidente, acrescentar que além de não respeitar os servidores do ponto de vista do atendimento das justas reivindicações, o prefeito Bruno Covas está sendo covarde porque ele está perseguindo e assediando os servidores em greve, cortando ponto, fazendo ameaças, pressão psicológica. Vários servidores estão com o ponto cortado, já tiveram desconto em folha de pagamento. E, ao fazer isso, ele agride o direito constitucional de greve que nós conquistamos na Constituição Federal de 1988. Ele agride a lei estadual que garante, também, o direito de greve. Não pode cortar o ponto de um trabalhador em greve.

Assisti a um vídeo dele no “Pânico”, na Jovem Pan, atacando os servidores em greve, falando que não vai tratar da mesma maneira quem trabalha e quem não trabalha, como se esse servidor que não está trabalhando fosse um vagabundo. Não; ele está em greve, por isso que não está trabalhando. Está exercendo um direito. A greve é a suspensão do contrato de trabalho, é um instrumento de luta, de reivindicação, mas ele, em uma postura autoritária e covarde, ataca os servidores, corta o ponto, persegue, joga chefias imediatas, diretores e dirigentes regionais contra professores, contra diretores, contra supervisores de ensino.

Um absurdo o que o prefeito está fazendo, não combina com a imagem dele, que é jovem. Foi nosso colega aqui, deputado estadual. Deveria abrir o diálogo, buscar saída, apresentando proposta para os nossos servidores, no sentido de valorização salarial, no sentido até de revogar, sim, o Sampaprev, porque a reforma da Previdência nem foi aprovada do ponto de vista nacional. Ele se antecipou, foi mais realista do que o rei.

O fato, Sr. Presidente, é que eu gostaria de fazer esse apelo aqui, mais um apelo. Todas as semanas eu venho falar aqui da greve e apelar ao prefeito Bruno Covas para que atenda os servidores, revogue imediatamente, anule o confisco salarial, o Sampaprev, que está prejudicando milhares e milhares de servidores, e prejudicando toda a população da cidade de São Paulo.

Amanhã nós estaremos na frente da prefeitura, em uma grande manifestação, às 14 horas, contra o Sampaprev.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANAZZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - BRUNO CAETANO - PSDB - Agradeço ao deputado Gianazzi. Sras. e Srs. Deputados, esta Presidência, cumprindo determinação constitucional, adita a Ordem do Dia com o Projeto de lei nº 697, de 2018. Adita ainda à Ordem do Dia com os seguintes projetos vetados: Projetos de lei Complementar nºs 36/2011; 34 e 56/2018. Projetos de lei nºs 184/2011; 358/2012; 239/2013; 1257/2014; 1303/2015; 30, 82, 283, 573 e 886/2016; 32, 53, 91, 439, 547, 857 e 1012/2017; 37, 84, 206, 215, 231, 232, 347, 465, 507, 600, 627, 684 e 720/2018.

Havendo acordo de líderes, antes de dar por levantados os trabalhos, convoco Vossas Excelências para a sessão ordinária de amanhã, sexta-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembrando ainda da sessão solene a realizar-se amanhã, sexta-feira, às oito horas, com a finalidade de realizar a cerimônia de entrega do Prêmio Beth Lobo.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 22 minutos.

\*\*\*

## 8 DE MARÇO DE 2019 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: CORONEL TELHADA, LECI BRANDÃO e RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Secretaria: CARLOS GIANNAZI
RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
Faz agradecimento a seus pares e aos funcionários desta Casa. Comenta artigo do senador José Serra, acerca da proposta de reforma da Previdência. Tece críticas ao presidente Jair Bolsonaro. Afirma que o Brasil precisa voltar a crescer. Anuncia sua saída do PSDB.

3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Cumprimenta o deputado Ramalho da Construção por sua atuação parlamentar.

4 - LECI BRANDÃO

Comemora o Dia Internacional da Mulher. Lê e comenta nota da União Brasileira de Mulheres, referente à data. Considera lamentável o aumento dos índices de violência contra as mulheres. Pede que o Poder Público tome providências quanto ao fato.

5 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

6 - CORONEL TELHADA

Festeja o Dia Internacional da Mulher. Crítica a proposta de reforma da Previdência, especialmente no que tange aos militares. Combate declaração do presidente Jair Bolsonaro sobre o assunto. Discorre sobre o trabalho dos policiais militares.

7 - CARLOS GIANNAZI

Parabeniza as mulheres pelo seu dia, comemorado hoje. Opõe-se a afirmações, acerca da Educação, feitas pelo deputado eleito Daniel José. Menciona financiadores da campanha do político, entre os quais há empresas que devem ao Fisco estadual.

8 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

9 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Assume a Presidência.

10 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.
Dá conhecimento do Ato 11/19, no qual convocara suplente para a vaga de deputado estadual, decorrente do falecimento do deputado Jooji Hato. Comunica a presença, em plenário, do Sr. Marco Aurélio Cunha. Acrescenta que recebeu deste o Diploma da Justiça Eleitoral, bem como a